

MEMÓRIAS DO MUNDO

Partindo dos conceitos de “memória do mundo” propostos no conto do mesmo nome de Italo Calvino e no documento elaborado por Ray Edmondson para o Programa *Memória do Mundo* da UNESCO, apresentamos aqui uma reflexão sobre a noção de memória propriamente dita e sobre o modo como os processos de lembrar e esquecer são igualmente conscientes e decisivos para a sua construção, quer se trate da memória individual quer da colectiva.

Sílvia Quinteiro - ESGHT

No conto “A Memória do Mundo” (1968), de Italo Calvino, o protagonista é apresentado como o ex-director de uma organização que teria como finalidade criar uma “memória centralizada do género humano” (Calvino, [1968] 1995: 130), por ele descrita como “o maior centro de documentação que jamais foi projectado, um ficheiro que recolha e ordene tudo o que se sabe de cada pessoa e animal e coisa, com vista a um inventário geral não só do presente mas também do passado, de tudo o que tem existido desde as origens, em resumo, uma história geral de tudo ao mesmo tempo, ou melhor, um catálogo de tudo momento por momento” (Calvino, [1968] 1995: 129). O protagonista apresenta, portanto, um conceito que, até certo ponto, é aproximável daquele que está subjacente à criação do Programa *Memória do Mundo* da UNESCO (iniciado em 1992), tanto na sua natureza como nos seus objectivos, uma vez que esta instituição define memória do mundo como:

The documented, collective memory of the peoples of the world – **their documentary heritage** – which in turn represents a large proportion of the world’s cultural heritage. It charts the evolution of thought, discovery and achievement of human society. It is the legacy of the past to the world com-

munity of the present and the future. (Edmondson, [1992] 2002: 2)

Com efeito, trata-se, em ambos os casos, de recolher e ordenar o património da humanidade (ainda que o programa da UNESCO tenha como destinatária a própria humanidade e o arquivo do conto de Calvino se destine aos “outros”, que virão após a extinção da vida na Terra). O Programa *Memória do Mundo* visa conservar o património documental da humanidade, tal como, segundo o ex-director, seria também parte do objectivo da sua organização, que já inclusivamente recolhera “o conteúdo das mais importantes bibliotecas do mundo, dos arquivos e dos museus”, bem como “os anuários dos jornais de todos os países” (Calvino, [1968] 1995: 129). Nesta medida, ambos os programas parecem ter como propósito a criação de uma memória colectiva, no sentido em que esta é entendida por Maurice Halbwachs, isto é, como o conjunto das memórias de um passado comum que são retidas por membros de um grupo, classe ou nação, nomeadamente quando estão em causa acontecimentos sociais que tiveram grande impacto na sociedade e que levaram a grandes mudanças institucionais (Basabe, Gonzalez & Paez, 1997: 150). Porém, os ficheiros do texto de Calvino têm um objecto mais geral e indefinido, sendo referidos como um

inventário de toda a informação existente à face da Terra, e não apenas da informação que poderia reflectir o essencial do pensamento e da evolução da humanidade. A organização deste ficheiro consistiria, pois, num processo centrado na catalogação de memórias individuais de pessoas, animais e coisas recolhidas aleatoriamente e que dificilmente podem ser consideradas um contributo para a construção de uma memória colectiva. Não se trata de uma memória do mundo e da humanidade no seu todo, mas sim - “pelo menos na aparência” (Calvino, [1968] 1995: 129), e porque a aparência tem uma importância vital para o protagonista - da de todos os elementos que constituem esse mundo (de um conjunto de fragmentos, portanto), de um inventário para o qual não estão à partida estipuladas regras de classificação, de hierarquização e de selecção da informação disponível, pelo que todo o inevitável “processo de redução ao essencial, de condensação [e de] miniaturização” (Calvino, [1968] 1995: 130) é deixado em absoluto ao critério do director da organização.

Apesar da diferença que existe entre os conteúdos recolhidos pela “organização” e aqueles que a UNESCO pretende preservar e divulgar e do facto das formas de tratamento dos espólios em causa serem também distintas,



senão mesmo opostas, há um aspecto que é comum a estas duas memórias do mundo: a sua função. Em ambos os casos a memória é entendida como uma forma de preservar o património da humanidade, representando a capacidade humana de, através deste mecanismo, reter o tempo e os factos passados, evitando assim a sua perda total (Chauí, 1994: 125). Efectivamente, apesar da importância que a memória individual e a manipulação dessa mesma memória assumem no texto de Calvino, ela mantém-se estável naquilo que é geralmente aceite como sendo a sua função primordial - assegurar no presente um conhecimento do passado, sem o qual a construção do futuro não seria possível¹. Em "Selected Themes in the Literature on Memory and Their Pertinence to Archives", Barbara L. Craig aproxima os conceitos de memória e arquivo, na medida em que ambos funcionam como formas de preservação de um património que constitui uma base comum (2002: 278), sendo a fonte das explicações sobre as quais o futuro é construído, uma vez que é o grande elo de ligação entre o passado e o futuro. Daí que o arquivo da organização de "A Memória do Mundo" não seja apresentado como uma simples forma de preservar a informação documental e pessoal, mas também como um instrumento através do qual se pretende ultrapassar o fim iminente da vida na Terra. Na verdade, em última instância, a memória é sempre sinónimo de vida, construindo-se e definindo-se por oposição ao esquecimento que representa a morte². Assim, o arquivo de uma memória do Homem permite que este viva para lá da sua própria extinção e a recuperação da memória da humanidade, entretanto extinta, afigura-se aqui como uma espécie de salvação, como a única coisa que realmente interessa. Como diz o protagonista: "O importante é comunicar-lhes a nossa memória, a memória geral preparada pela organização" (Calvino, [1968] 1995: 131). Não se trata portanto de uma qualquer memória do mundo, mas sim daquela

que é "preparada" pela organização até então dirigida pelo protagonista e na elaboração da qual ele desempenha um papel decisivo, como fica claro quando elucida Müller, o seu sucessor, acerca das responsabilidades do seu novo cargo:

Será responsabilidade do director fazer que não fique nada de fora, porque o que ficar de fora é como se nunca tivesse existido. E ao mesmo tempo será sua responsabilidade fazer como se nunca tivesse existido tudo o que acabaria por estorvar ou deixar na sombra outras coisas mais essenciais, ou seja, tudo o que em vez de aumentar a informação criaria uma inútil desordem e barafunda. [...] Uma massa de informações friamente objectivas, incontestadas, arriscar-se-ia a fornecer uma imagem afastada da verdade, a falsear o que é mais específico de cada situação. [...] Temos de ter isto em conta: o dever do director é dar ao conjunto dos dados recolhidos e seleccionados pelos nossos serviços essa leve marca subjectiva, esse tanto de opinável e de risco de que necessitam tais dados para serem verdadeiros. Era disto que pretendia avisá-lo, antes de lhe passar o testemunho: no material até agora recolhido nota-se aqui e ali a intervenção da minha mão - de uma extrema delicadeza, bem entendido; - estão disseminados juízos, reticências, e até mentiras. (Calvino, [1968] 1995: 132-133)

O facto de caber ao director simultaneamente incluir tudo e excluir o que entende ser um estorvo é apenas aparentemente contraditório, isto porque, apesar de incluir ser lembrar e excluir esquecer, estes processos opostos são ao mesmo tempo complementares, na medida em que as escolhas de um revelam o outro. Aliás, como o próprio ex-director afirma, "não se dando certas informações dão-se mais do que se dariam se as déssemos" (Calvino, [1968] 1995: 132) e a "mentira só na aparência exclui a verdade" (Calvino, [1968] 1995: 132). As pessoas e factos que se omitem/esquecem e as *verdades alternativas* que se constroem a seu respeito são tão ou mais

reveladores da essência da entidade que decide o que deve ser apresentado como verdadeiro do que a verdade pura e simples.

Em *A Misteriosa Chama da Rainha Loana*, de Umberto Eco, afirma-se em determinado momento que "a recordação actua como uma lente convergente numa câmara escura: concentra tudo, e a imagem que daí deriva é bastante mais bonita do que o original" (Eco, 2005: 30). Porém, no caso do protagonista do conto de Calvino, os factos que envolvem o seu casamento e que fazem dele uma memória terrível e causadora de enorme sofrimento são de tal forma graves que a única forma de criar uma recordação que corresponda a essa imagem melhor do que o original é através do esquecimento, de uma manipulação ("correção") da memória a preservar que passa pela eliminação (/morte) dos factos indesejáveis:

Por exemplo, a minha vida com Angela: descrevi-a como queria que ela tivesse sido, uma grande história de amor, em que Angela e eu aparecessem como dois eternos enamorados, felizes no meio de adversidades de toda a espécie, apaixonados, fiéis. Não foi exactamente assim, Müller: a nossa vida foi uma sucessão de mesquinices e subterfúgios. Mas o que conta o que houve no dia a dia? Na memória do mundo a imagem de Angela é definitiva, perfeita, nada pode sequer arranhá-la e eu serei para sempre o marido mais invejável que alguma vez existiu. (Calvino, [1968] 1995: 134)

Convicto de que, contrariamente à vida, a memória é definitiva e por isso a *verdade* que ela transmite é o que realmente conta, o ex-director faz uso do poder inerente ao seu cargo para construir uma memória fictícia do seu casamento e da sua esposa, para "efectuar um embelezamento dos dados" (Calvino, [1968] 1995: 134) da sua vida quotidiana, deixando nos registos uma imagem ideal que prevalecerá para além da sua existência, mas que por si só não é suficiente para que esse branqueamento da figura eterna a que chama "Angela-informação" (Cal-

vino, [1968] 1995: 135) seja absoluto e definitivo. Como tal, o protagonista não se limita a passar dias a “seleccionar, a apagar, a omitir” dados relativos àquilo que a “Angela efémera” (Calvino, [1968] 1995: 135) era e fazia, *apagando* mesmo a própria Angela, matando-a e desmembrando-a para ocultar o corpo. Por último, constrói para si próprio a memória de um marido feliz e de um viúvo inconsolável (ocultando naturalmente o seu crime) e assassina Müller - uma correcção necessária da realidade, como explica:

Se na memória do mundo não há nada a corrigir, a única coisa que resta fazer é corrigir a realidade onde ela não concordar com a memória do mundo. Como cancelei a existência do amante da minha mulher das fichas perfuradas, assim o devo cancelar a ele do mundo dos vivos. É por isso que agora pego na pistola e a aponto contra si, Müller: puxo o gatilho e mato-o. (Calvino, [1968] 1995: 136)

O modo como a elaboração da memória do mundo é representada no texto de Calvino remete então para a ideia de Barry Schwartz (1982: 374) de que lembrar o passado é um processo activo de construção e não uma mera recuperação de factos. De facto, podemos afirmar que a memória “preparada” neste conto, à semelhança de toda e qualquer forma de memória, é necessariamente um construto, algo que é “activamente produzido”, como refere Radstone (2000: 7). A construção de uma memória do mundo parte inevitavelmente da junção de um conjunto de fragmentos, seleccionados por alguém e moldados por essa entidade de modo a poderem articular-se entre si (o que, de resto, é também válido para a memória individual). Com efeito, apesar de prevalecer a ideia de que a memória (colectiva) da humanidade é criada com base no julgamento e nos critérios de uma instituição, a realidade é que esta é constituída por indivíduos, logo, a *memória institucional* não existe sem a presença mediadora da memória individual, ou melhor, sem a presença de uma soma

de memórias recolhidas e/ou construídas por indivíduos, cujos critérios são determinantes na edificação do produto que é designado como memória do mundo. Quando as Comissões Nacionais do Programa Memória do Mundo apresentam a candidatura de determinado documento e quando, posteriormente, o Sub-Comité Consultivo de Registo da *Memória do Mundo* faz uma selecção do espólio apresentado, decidindo que, por exemplo, a *Carta do Achamento do Brasil*, de Pêro Vaz de Caminha, a obra de Goethe, o diário de James Cook ou a pauta da *Nona Sinfonia* de Beethoven³ são parte essencial da memória da humanidade, está a emitir um juízo de valor que não é o de uma entidade abstracta, mas sim o de todos os indivíduos a quem foi adjudicado o poder de opinar e de decidir o que é ou não o cerne do património documental da humanidade.

Como nota Radstone, “apesar de a investigação da memória estudar as ligações entre as memórias individuais ou de grupo e os domínios mais vastos da História, da cultura e da sociedade, o seu ponto de partida é sempre o local, o subjectivo” (2000: 12), e daí que alguns autores defendam mesmo que a única memória concreta é a individual e que o termo memória colectiva não passa de uma metáfora construída sobre a memória pessoal⁴. Mesmo quando se faz, como Aristóteles no parágrafo 50 da *Poética*, a distinção entre o historiador e o poeta, afirmando que um “diz as coisas que sucederam e os outros as que poderiam suceder” ([s/d]1986: 115), não é possível dissociar a História narrada (memória do mundo) da entidade que a narra e, como tal, dos elementos subjectivos que condicionam esse acto de narração. Assim sendo, o poder que a memória do mundo preservada exerce inevitavelmente nas gerações futuras que, não tendo uma memória pessoal dos factos, usam esses arquivos como ponto de referência (Craig, 2002: 279), não é um poder com origem numa instituição anónima e imparcial, nem sequer numa manifestação espontâ-

nea da memória dos vários indivíduos que dão corpo à instituição, mas sim um poder que resulta do modo como cada um desses indivíduos organiza o conhecimento, como selecciona os conteúdos a preservar e a omitir em função de uma imagem que ele próprio ou que a instituição a que pertence pretendem proteger e veicular. Guardar uma memória do mundo é um acto consciente de preservação da memória, não é uma manifestação espontânea e natural, mas sim um acto artificial e racionalmente organizado, através do qual se arquiva aquilo que se deseja que outros possam recuperar no futuro. Logo, a criação de uma memória do mundo não corresponde a uma compilação daquilo que *não é possível esquecer*, sendo, isso sim, a súmula daquilo que *não se quer (deixar) esquecer*.

Podemos, pois, afirmar que quando falamos em memória, falamos sempre do resultado de um processo activo e subjectivo de construção, de um acto consciente de preservação, não existindo por isso uma memória que possa ser descrita como pura, total, imparcial ou definitiva. Em última instância, podemos mesmo considerar que há apenas fragmentos individuais de memória que correspondem à percepção que cada indivíduo tem dos acontecimentos e ao modo como pretende que estes sejam preservados (ou não), pelo que a memória colectiva é composta pelo conjunto de memórias pessoais de indivíduos que, à semelhança do protagonista do conto de Calvino, se encontram numa posição privilegiada para fazer imperar a sua versão da memória ou para, como diz ironicamente a personagem, poder “dar uma marca pessoal à memória do mundo” (Calvino, [1968] 1995: 133).

Conceber uma memória do mundo, de um povo, de uma nação ou de um grupo, colocar “Todo o British Museum numa castanha” (Calvino, [1968] 1995: 130), como faz Müller, ou simplesmente acomodar as memórias individuais nos nossos cérebros, passa necessariamente por um processo em

que esquecer é tão importante como lembrar, pois não se trata necessariamente de processos involuntários, mas sim de uma escolha consciente daquilo que deve ou não ser lembrado (até porque, mesmo quando inconsciente, o acto de esquecer revela algo sobre quem esquece, mostrando aquilo que considera ser suficientemente relevante para que num determinado momento da sua existência o guarde na memória). Efectivamente, do mesmo modo que o ser humano constrói a sua memória, apagando com alguma frequência as recordações de episódios pouco relevantes, traumáticos ou que de algum modo lhe causaram sofrimento, como sucede com o protagonista de Calvino, também as memórias (Histórias) colectivas (dos povos, das nações, da humanidade, neste caso) são muitas vezes construídas sobre o esquecimento daquilo que as classes dominantes consideram de menor importância e sobre a ocultação das suas feridas: esquecem-se ou negam-se homicídios e genocídios, branqueiam-se imagens de heróis e de revoluções (criam-se lendas, erguem-se monumentos, omitem-se episódios tenebrosos), silenciam-se ou desvalorizam-se artistas e escritores conotados com regimes inaceitáveis no presen-

te. O modo como o ex-director do conto de Calvino reescreve os factos de modo a torná-los numa memória individual positiva e suportável ilustra, afinal, o modo como os centros de tentores do poder condicionam a construção da memória colectiva, omitindo ou desvalorizando aspectos que num determinado momento são inconvenientes ou passíveis de estimular uma qualquer reacção indesejável. Construir uma memória colectiva é, pois, um processo semelhante àquele que é descrito pela teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar (1990: 9-51) - um processo em que todos os sistemas são dinâmicos e assentes numa hierarquia, existindo dentro deles um conflito constante entre o centro, que representa o canónico, o legítimo e a classe dominante, e a periferia: o marginal, o ilegítimo e a classe dominada. Deste conflito resultam transferências do centro para a periferia e vice-versa, que constituem os meios de mudança do sistema e que, no caso da memória, levam a que esteja sujeita a alterações, a revisões que dependem do contexto em que são invocadas. Na verdade, como bem nota Funkenstein, "a memória deriva sempre do presente" (1989: 9), sendo em função deste que se determinam quais os aspectos a

preservar ou a suprimir. À semelhança do que sucede em termos individuais, também qualquer forma de memória colectiva, ou de memória do mundo como as que são propostas no conto de Calvino e no Programa da UNESCO é sempre o reflexo dos interesses, necessidades e experiências presentes, pelo que a sua leitura deverá ser feita, como sugerem Davis e Starn (1989: 2), perguntando-nos sempre quem construiu essa memória, em que contexto, contra quem?

.....

1 Como nota Schwartz, "lembrar é colocar uma parte do passado ao serviço dos conceitos e necessidades do presente" (1982: 402).

2 Nas palavras de Slobodan Micković, em *Literature and Memory* (1999): "oblivion is Thanatos, memory is Eros. Death and Life".

3 Até ao momento foram seleccionados cento e vinte documentos, encontrando-se a sua lista e uma breve descrição do seu conteúdo disponíveis em: http://portal.unesco.org/ci/en/file_download.php/eed1683867d54d404b3ba3ef2969ccebRegister+in+scriptions.doc.

4 Nomeadamente por Yigal Elam e Noa Gedi, em "Collective Memory -What is it?", pp.30-50.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARISTÓTELES ((1986) [s/d]), *Poética*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- BASABE, Nekane, GONZALEZ, Jose Luis & PAEZ, Dario (1997), «Social Processes and Collective Memory: A Cross-Cultural Approach to Remembering Political Events» in James W. Pennebaker, Dario Paez, Bernard Rimé (eds.), *Collective Memory of Political Events. Social Psychological Perspectives*, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, New Jersey, Mahwah: 147- 174.
- CALVINO, Ítalo [1968] (1995), «A Memória do Mundo» in *A Memória do Mundo*, Editorial Teorema, Lisboa:129-136.
- CHAUÍ, Marilena (1994), *Convite à Filosofia*, Ática, São Paulo.
- CRAIG, Barbara L. (2002), «Selected Themes in the Literature on Memory and Their Pertinence to Archives» in Elizabeth Kaplan (ed.), *The American Archive*, Nr. 65, Fall/Winter: 276-289.

- DAVIS, Natalie Zemon and STARN, Randolph (1989), «Introduction: Memory and Counter-Memory» in *Representations*, Nr. 26, University of California Press, Berkeley: 1-6.
- ECO, Umberto (2005), *A Misteriosa Chama da Rainha Loana*, Difel, Lisboa.
- EDMONDSON, Ray [1992] (2002), *Memory of the World: General Guidelines to Safeguard Documentary Heritage*, UNESCO, Paris.
- ELAM, Yigal & Noa Gedi (1996), «Collective Memory –What is it?» in *History and Memory*, Nr. 8, Indiana University Press, Bloomington: 30-50.
- EVEN-ZOHAR, Itamar (1990), «Polysystem Theory» in *Poetics Today*, 11: 1.
- MICKOVIĆ, Sloboda (1999), *Literature and Memory*, <http://www.pen.org.mk/double/index.html>.
- RADSTONE, Susannah (2000), «Working with Memory: an Introduction» in Susannah Radstone (ed.), *Memory and Methodology*, Berg, Oxford and New York: 1-22
- SCHWARTZ, Barry (1982), «The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory» in *Social Forces*, Nr. 61, The University of North Carolina Press, Chapel Hill: 374-402.